

CPC 1 –Educação do campo, agroecologia e soberania alimentar

A contribuição da educação do campo para o fortalecimento de uma cultura autogestionária

Lucicléa Teixeira Lins¹
José Francisco de Melo Neto²
PPGE/UFPB

Introdução

Sendo a educação para o trabalho e a cooperação um dos princípios filosóficos do MST, buscaremos reconhecê-lo em sua organização produtiva em um processo constituidor e revelador de ações autogestionárias, através das práticas educativas nos processos de organização produtiva nos assentamentos do MST.

Este é o objetivo da pesquisa a qual estamos empreendendo, estando a mesma em processo, o que preconiza, neste momento, para o presente artigo, em um esforço investigativo de reflexão teórica acerca da dialeticidade das categorias prática e práxis, de modo a articular, em um segundo momento, a discussão da autogestão enquanto exercício de uma prática (re)criadora de novas práticas na perspectiva de uma sociabilidade, sustentável, colaboradora, justa e solidária.

Tentaremos responder a partir de apontamentos históricos e conceituais: o que é autogestão? E, qual sua prática? Porquanto, conscientes de que este esforço não esgota a reflexão sobre a temática acerca da prática da autogestão, a pretensão, no entanto, é de enfatizá-la e torná-la foco de outras problematizações.

O terceiro momento do artigo incorre sobre o entendimento da prática autogestionária proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como perspectiva de gestão participativa e democrática de seu processo de organização produtiva, mediada

¹ Doutoranda em educação no programa de pós-graduação em educação - PPGE/UFPB. Mestra em educação pela mesma universidade. Foi voluntária na incubadora de empreendimentos solidários – Incubes/UFPB e faz parte do grupo de pesquisa em extensão popular - Extelar. luciclealins@yahoo.com.br

² Professor do programa de pós-graduação em educação - PPGE/UFPB, coordenador do grupo de pesquisa em extensão popular - Extelar. meloneto01@yahoo.com.br

por ações educativas sob a perspectiva do fenômeno da educação popular e da educação do campo.

Este fenômeno, o entendemos como campo de conhecimento em aberto, em que se busca firmar uma educação integralizadora³ das várias dimensões do humano. Concebemos a educação do campo na condição de paradigma que se opõe à educação rural, concepção compartilhada por muitos pesquisadores, a exemplo de Souza (2007), onde para a referida autora os estudos sobre educação e movimentos sociais do campo adquiriram novas configurações com a criação do setor de educação do MST, fortalecendo assim o debate sobre a educação do campo.

1. Da prática a práxis: alguns apontamentos histórico-conceituais

A valorização por si só da prática, ou, da teoria, nos remete ao desafio de retomar alguns apontamentos históricos e elementos constitutivos destas categorias, de modo a se pensar numa outra, a práxis.

A categoria prática pode ser entendida, em sentido amplo, como toda ação humana. Sendo o conjunto de realizações empreendidas por grupos coletivizados ou de modo individual, é o que dá sentido a existência e experiências vivenciadas pelos humanos, diferenciando-os de outros seres por sua capacidade de intervir no mundo.

Pimenta (1995), relacionando o conceito de prática à formação docente, explicita vários entendimentos pelo qual a categoria passou, das experiências a serem adquiridas ou reproduzidas através da observação; ao conjunto de ações empreendidas, porém desarticulada da teoria; até o entendimento de unidade entre prática e teoria.

Vasquez (2007), em análise sobre a filosofia da práxis, introdutoriamente faz uma reflexão sobre a prática criadora e a repetitiva. Entendendo por prática criadora, aquela em que sua realização preconiza a transformação, pensada aprioristicamente sobre uma dada realidade, parte, então, de uma ação consciente.

Já a prática repetitiva se expressa de modo espontâneo, mecânico, utilitário, sob o prisma do senso comum.

³ Integralizadora na perspectiva da formação omnilateral.

Nesta discussão, Vázquez (re)significa o termo, remetendo-o a uma dimensão ampliada enquanto categoria metodológica do materialismo histórico, usando o termo práxis, mesmo estando etimologicamente esses dois vocábulos (prática e práxis) associados, porém o autor enfatiza a práxis como categoria que é utilizada no campo filosófico, conceituando-a como a categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação. Assim, Vasquez na obra citada, realizou um estudo com apontamentos históricos e conceituais que fundamenta a validação de tal categoria.

Assim sendo, em relação à teoria e a prática, o filósofo grego Platão, não só os separa, como valoriza a teoria em detrimento da prática. Essa tradição foi muito forte entre os filósofos gregos de sua época. Para ele, a vida teórica se eleva ao ato de contemplação, prerrogativa dos homens livres, pois os atos de produção material e o mundo empírico, seriam atividades próprias de escravos. Portanto, “Platão isola a teoria das atividades práticas” (VASQUEZ, 2007, p.38).

Aristóteles endossou o ponto de vista de Platão, e a relação que ambos fazem de uma possível unidade entre teoria e prática é na práxis política. No entanto, mesmo nessa, a primazia continua sendo da teoria. “Portanto, a unidade platônica da teoria e prática não passa da diluição da prática na teoria” (Idem. p. 39).

Ainda percorrendo essa linha histórico-conceitual, Vasquez vai enfatizar, já no Renascimento, que na consciência renascentista da práxis, “o homem deixa de ser um mero animal teórico para ser também sujeito ativo, construtor e criador do mundo”. (Idem. p.43). Essa mudança pode ser atribuída ao novo contexto social, de consolidação do capitalismo e do uso do método científico e da técnica aos interesses da burguesia e do progresso econômico. O conhecimento deixa de ser especulativo para ser aplicado na vida prática e material, objetivando transformar a sociedade.

Porém, não vai ser ainda nesse período que a práxis se afirma enquanto categoria filosófica de análise e transformação da realidade. Pois, a consciência filosófica renascentista da práxis mesmo não rejeitando a atividade prática material produtiva, no entanto a coloca em plano inferior, a saber, o trabalho desenvolvido por artesãos, mecânicos, agricultores, etc, é relegado a um segundo plano. Sendo considerado trabalho corrente do homem comum que não exige muito esforço intelectual para ser executado.

A divisão social do trabalho empreendido pelas novas relações no mundo do capital, reforçou a separação entre trabalho físico e intelectual.

Vai ser com Marx e Engels que a práxis passa a ser evocada enquanto possível de unidade e não mais entendida na polaridade teoria-prática. Em seus estudos, Vasquez aponta que Marx e Engels criticam a concepção economicista da práxis produtiva em sua limitação, nos seus estudos a partir das elaborações realizadas pelos economistas clássicos do século XVIII, essa limitação operosa, ofuscava o que eles desvelam, a saber, que na relação de transformação da natureza o homem transforma também sua humanidade.

Vê-se que nas relações de trabalho estabelecidas na esfera social, implica a atividade prática produtiva do homem, como também sua flexão sobre tal prática, refletindo sobre a mesma, a ponto de modificá-la. É nesse movimento praxiológico que os Marx e Engels também vão revelar a existência da *mais-valia*, constituindo uma teorização sobre a exploração do trabalho nas relações produtivas efetivadas no sistema capitalista.

A práxis é no marxismo, categoria central de concepção de mundo e da história, uma práxis que se propõe a ser revolucionária, transformadora. É justamente nesse ponto que o marxismo se diferencia das demais filosofias anteriores, por unir em sua interpretação de mundo, o modo como o homem pode transformá-lo. Marx (1987).

O conceito de práxis explicita o significado de uma relação dialética entre a teoria e a prática, uma relação de reciprocidade. “Isto quer dizer que uma não pode ser compreendida sem a outra porque ambas são presentes, numa constante relação de troca mútua, constituindo as ações humanas, ou seja, a práxis” (ARANHA. 1989, p.09).

Entende-se a práxis não só como categoria filosófica da ação humana, por se tratar de ação humana, a compreende no contexto social das relações empreendidas pelos humanos. Essas relações conjugam a prática e a teoria, onde esta é expressão dos esforços explicativos daquela.

Aranha (1989), analisa a práxis numa perspectiva da divisão social do trabalho no contexto da sociedade capitalista, auferindo sobre suas intencionalidades, onde, nesse tipo de sociedade, existe uma separação deliberada entre os que exercem atividades mais práticas, fazendo com que haja separação entre o trabalho intelectual e o manual. Existido na emissão dessa idéia uma distorção e uma intencionalidade.

Deliberadamente há uma intenção de impedir que as pessoas se instrumentalizem de aparatos teóricos de modo que possam compreender com clareza a realidade e suas contradições. Quanto mais desagregadas forem, melhor para o sistema hegemônico.

Nesse sentido, é distorcida e desqualificada a práxis, pregando a não necessidade desta para o exercício de atividades, em que predomina a atividade manual.

Acerca desta questão Gramsci demonstra que todo trabalho, seja físico ou mental, compreende um certo grau de intelectualidade, de consciência racional sobre sua ação:

Não existe trabalho puramente físico e de que mesmo a expressão de Taylor, “gorila amestrado”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora (1989, p.07).

Assim, Gramsci admite a capacidade de todo(a)s em pensar e efetivar transformações, elevando sua consciência ao nível da racionalidade crítica. Nisto consiste a superação do senso comum,⁴ na elevação do pensar ao nível da consciência crítica, capacidade de elaboração filosófica e de concepções de mundo.

Tendo o senso comum uma concepção de mundo desagregada de suas reais circunstâncias e determinismo, necessário seria sua superação por uma concepção de mundo coerente e crítica, que indica superação da ideologia dominante, pois “a base de sustentação da ideologia dominante é o senso comum” (MOCHCOWITH, 2001, p.14).

Assim sendo, a práxis se realiza no exercício da consciência filosófica, na elevação da consciência a tal ponto.

Em Gramsci, a práxis ganha ainda maior notoriedade, por se instituir no campo teórico, como designação do próprio marxismo, expressando-se como filosofia da práxis. A princípio, como estratégia para obnubilar a censura fascista italiana, contudo, torna-se o termo, a própria síntese do marxismo.

As interfaces desta síntese expressas através de projetos educacionais e econômicos, configuram propostas que resgatam e sustentam o debate sobre a possibilidade de gestão partilhada através dos produtores associados, constituindo, assim, indícios para a prática de uma autogestão. Este debate vem sendo travado, hodiernamente, pelo Movimento de

⁴ A esse respeito, Gramsci (1989; 1991), exemplifica citando a religião e o folclore.

Economia Solidária, ao preconizar a autogestão como um dos pilares constituintes de sua práxis.

2 A práxis da autogestão

Como reconhecer práxis educativas que se constituam enquanto potencializadoras do exercício da autogestão? Como podemos perceber esse exercício no processo de organização produtiva de trabalhadores(as)?

Podemos entender por práxis educativas, nesse contexto, o conjunto de ações pedagógicas, organizadas sob a perspectiva de encontros formais ou não formais: reuniões, assembléias, atos públicos, marchas, ocupações, etc, que se constituem em espaços de reivindicação política, como também da socialização e apreensão de saberes.

Essas práxis, vivenciadas nos processos de organização produtivas, sob o princípio da autogestão, onde o conjunto de trabalhadores(as), tendo a prerrogativa de decidir de modo colegiado sobre sua produção, defini-se em espaços potencializadores da emancipação política e cidadã desses(as) trabalhadores(as).

Aposta-se na autogestão enquanto elemento de emancipação de mulheres e homens. Uma das formas de concretude dessa emancipação parte da rejeição de uma situação em que se negam condições dignas à sua existência, o que provoca conflitos, denúncias e proposições alternativas a essa situação (LINS: 2006), pois, uma das atribuições da emancipação é “romper” com as amarras, seja de ordem econômica, política ou cultural, sobre as quais se encontra o ser humano.

Para a Anteag⁵ a “autogestão é um modelo de organização em que o relacionamento e as atividades econômicas combinam propriedade e/ou controle efetivo dos meios de produção com participação democrática da gestão”. Nesse sentido, compreende-se a autogestão como uma práxis onde o controle dos meios de produção, assim como as decisões em torno do processo produtivo pertencem aos próprios trabalhadores.

Podemos entender que existe um certo consenso em se tratando desse termo, quando o mesmo expressa uma práxis que busca se efetivar nas ações dos que buscam consolidar a

⁵ ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

Economia Solidária, como premissa no alicerçar de outros fundamentos colocados para uma outra sociabilidade.

Assim a autogestão, como também afirma a SENAES⁶, preconiza orientações para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo no que se refere à escolha de dirigentes e de coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, nas definições dos processos de trabalho, nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados e excedentes, além da propriedade coletiva da totalidade ou de parte dos bens e meios de produção do empreendimento.

Autogestão pressupõe autonomia do conjunto dos trabalhadores envolvidos em uma determinada organização produtiva. Numa organização regida por esse princípio, todos os trabalhadores têm os mesmos direitos nos processos de participação e decisão do coletivo.

Nos grupos de produção autogestionário não existe a figura do patrão, tem-se como dono dos meios de produção o próprio trabalhador, o que representa uma diferença da maioria dos empreendimentos convencionais. Sua construção, no entanto, se dá em uma práxis educativa constante e cotidiana, em um movimento onde as relações de trabalho têm no coletivo e na valorização do humano seu elemento central.

Portanto, uma práxis educativa que contemple o exercício da autogestão buscar no (re) surgimento das relações sócio-econômico, suas práticas de cooperação e autogestão, em que evidenciam em sua construção, iniciativas voltadas não só para a sustentabilidade, mas, sobretudo, que possam balizar a autonomia dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Nos últimos dados publicados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, resultantes do mapeamento em Economia Solidária do ano de dois mil e sete, na Paraíba, 65,3% das atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos solidários, são resultantes do setor rural, em sua maioria associada à agricultura familiar de subsistência. No que diz respeito à gestão dos empreendimentos, aqui vista de modo geral entre urbanos e rurais, as instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos têm nas assembléias de sócios(as), 76,5%, expressão máxima da participação de seus membros neste coletivo. Contudo, esses percentuais, não podem provar uma vivência de fato autogestionária nesses empreendimentos.

⁶ Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Ver documento na referência.

3 Práxis augestionária no MST

Voltemos aos questionamentos de abertura da sessão anterior, qual seja: como reconhecer práticas educativas que se constituam enquanto potencializadoras do exercício da autogestão? Como podemos perceber esse exercício no processo de organização produtiva de trabalhadores(as)?

Não temos a preocupação aqui de dar respostas definitivas a esses questionamentos, pois o reconhecemos como campo aberto de análise e formulações teóricas e práticas em movimento. O que tentaremos apresentar a partir da experiência do MST, é compreender a que se propõe sua práxis para a autogestão.

Em leituras realizadas em algumas publicações do MST, podemos identificar sua práxis, uma práxis educativa. Sua realização pauta-se em modificar a realidade imediata, oportunizando a seus partícipes a tomadas de decisões e resoluções dos problemas simples aos mais complexos, em que sua aprendizagem, à medida que é executada, volta-se sobre sua própria ação, refletindo, avaliando e projetando sobre seus resultados novas proposições.

Nesse sentido, compreendemos que os espaços provocativos de reflexão são gerados a partir dos processos organizativos e do conjunto de ações educativas tomadas pelo Movimento, em que a prática, remete-se à teoria num ato de (re)construção de atitudes acerca da realidade sob o crivo da razão.

Essa confluência relaciona-se profundamente com o movimento ação-reflexão-ação, ou seja, estar debruçado sobre a realidade, praticá-la e se voltar sobre a mesma, refletindo-a em um exercício constante e dinâmico que propicia avanços significativos na ação e emancipação dos sujeitos. A idéia que se tem é de pensar/repensar a prática como processo permanente e continuado de aprendizado, pois para o MST:

Educar para a ação transformadora, isto quer dizer que precisamos de pessoas capazes de articular, com cada vez mais competência, teoria e prática, prática e teoria. Quem não sabe ligar uma coisa com a outra, um problema com outro, quem não sabe juntar o que estuda na escola ou num curso, com a sua vida do dia-a-dia, com as questões que aparecem no **trabalho**, na militância, nas relações com as outras pessoas, não pode ser chamado de “bem educado” e não consegue dar conta dos grandes

desafios que temos no contexto social de hoje, como cidadãos e como integrantes do MST (MST, 2004, p.11).

Efetivamente se deseja como resultado do processo educativo o agente social com desenvoltura para lidar com as dificuldades surgentes, sendo capazes de resolucóná-las, projetando na realidade objetiva a articulação entre teoria e prática.

O termo prática, como foi dito anteriormente, tradicionalmente está ligado às atividades imediatas do gênero humano, assumindo, nessa perspectiva, um tom pejorativo, vulgarizado de sua correspondência com a consciência. No entanto, o termo escapa a essa compreensão quando articula a ação humana (prática) às elucubrações teóricas, resultando numa consciência filosófica renovadora. Tornando-se, portanto, atividade praxiológica.

A respeito da prática, ainda encontramos nas publicações do Movimento:

É necessário e possível desencadear um movimento formativo que possibilite, nos vários tempos e espaços de educação em que os sujeitos vivem e convivem, um repensar constante sobre a prática e a teoria fazendo um entrelaçamento entre ambas para que as pessoas possam avançar na construção do conhecimento, de forma consciente, solidária e rigorosa (CADERNOS DO ITERRA nº 10 p.22).

A citação enfatiza a relevância valorativa da prática e sua combinação com a teoria, elementos contributivos para a (re)construção de seus conhecimentos e ações. Em Gramsci (1991), a combinação entre teoria e prática se dá através de um processo contínuo e construtivo de seus resultados. A compreensão crítica do pensador é no sentido de que os resultados dessa combinação superem a consciência ingênua resultando em uma outra, crítica.

O pressuposto da práxis tem ajudado na reflexão de sujeitos coletivos em suas práticas educativas, na execução e aprimoramento de ações concretas⁷.

A pedagogia do Movimento reclama para si sua dialeticidade. “Hoje, a pedagogia do MST é mais do que uma proposta. É uma prática viva, um movimento” (MST, 2001,

⁷ A realização praxiológica nos processos educativos do MST é bem perceptível na pedagogia da alternância. Esta combina tempo-escola e tempo-comunidade, e inaugura um processo inovador de formação onde a escolarização recebida (teoria), tem aplicação (prática) em seu exercício com a comunidade escolar.

p.19). Da prática se extrai sua reflexão e intencionalidade decorrente de um projeto de sociedade que busca firmar a emancipação da classe trabalhadora.

Silva (2008), defende a idéia de que o pressuposto da práxis cotidiana, as atividades de formação política e as lutas coletivas engendradas por trabalhadores(as) rurais, integrantes de setores de organizações populares, constitui-se em espaços multidimensionais de aprendizado. Que a inserção desses sujeitos no cotidiano de luta por suas reivindicações, “constroem e aprofundam saberes, em diferentes dimensões: intelectual, afetiva, volitiva e prática”, (Idem. p.158).

Esse cotidiano de luta denota uma práxis que se caracteriza como práxis cotidiana, por esta tecer dimensões educativas como a tomada de consciência de uma realidade excludente, o que oportuniza a esses agentes sociais desvelar as contradições desta realidade, ao mesmo tempo em que se tornam protagonistas de transformação da mesma.

Mas em que dimensão estaria uma educação para a prática da autogestão? Partimos então da defesa da tomada de consciência desses(as) trabalhadores(as) da necessária partilha nas decisões a serem realizadas no conjunto de suas relações. A organização produtiva de um empreendimento⁸ passa por decisões que vão desde o que produzir as estratégias de comercialização.

Para Gadotti (2009, p.32), a formação para uma gestão colaborativa, ou seja, a autogestão, “não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas envolve também aspectos organizativos e produtivos”. Isto implica uma nova prática educativa, uma vez que na sociedade em que vivemos os princípios evocados são em síntese, a competição e o individualismo. Já numa perspectiva autogestionária, o princípio é da partilha, colaboração e da solidariedade.

A práxis da autogestão, acompanhada de sua dimensão educativa, contempla o que discorremos acima a partir da idéia de Silva (2008), dos saberes aprofundados em deferentes dimensões, e da formulação de Vásquez e Gramsci acerca da elevação de consciência dos sujeitos sociais.

⁸ Entendemos aqui empreendimentos na perspectiva da Economia Solidária, em que esses empreendimentos são organizações coletivas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes, etc. Cujos participantes exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.

O que constitui em uma práxis pedagógica que (re)educa, desconstruindo o que a ideologia hegemônica estrategicamente engendra nas mentes das pessoas. Pois, os humanos não nascem individualistas ou cooperadores, vão aprendendo através da cultura que é transmitida em seu contexto social, a praticar estes ou aqueles princípios. O que representa intencionalidades de diferentes setores, a esse respeito infere com clareza o MST:

Ter uma intencionalidade pedagógica no que vamos ensinar, sobre nossas relações, nossa postura frente às demandas de formação da classe trabalhadora camponesa, nossa pertença à organização e o exercício da crítica propositiva e da autocrítica (MST, 2001, p.22-23).

A conotação ideológica da citação demonstra a que se propõe suas ações educativas, o que responde em parte, a necessidade de um projeto educativo revolucionário.

Uma práxis pedagógica, efetivamente, tende a apostar nos pressupostos políticos para potencializar as ações e interferências de seus atores, o que configura uma educação emancipadora, ou seja, uma práxis pedagógica que vislumbra a construção de novas relações.

Considerações

Alterar as atividades produtivas da forma como estão postas hegemonicamente, e seu modo de gestão, constitui um desafio, mas também a construção de um projeto social que recoloca a necessidade de se apontar outras condições de organização social, de princípios educativos, respeito à pessoa humana e busca por sua emancipação.

A autogestão é em síntese, uma práxis de gestão produtiva de agentes sociais. Caminhar em direção ao exercício da autogestão nas relações produtivas dos assentamentos, exige um esforço conjunto dos(as) assentados(as) e lideranças locais, no sentido de transformar sua práxis cotidiana em vivência democrática, o que significa pensar o “eu” e o “nós”, reciprocamente.

Entendendo, assim, a práxis como uma atividade transformadora da realidade, o exercício da autogestão terá como pressuposto, a anterioridade e simultaneidade do movimento praxiológico, como auxiliador de suas reflexões, explicações, intenções, de sua prática.

Isto significa compreender, explicitar e justificar a realidade sob a unidade teoria e prática. É o que expressa a práxis para a autogestão. A isto como nos adverte Gadotti (2009), acerca da realidade que é a Economia Solidária, tendo como um de seus princípios a autogestão, esta necessita de uma práxis pedagógica, a qual as pedagogias clássicas não dão conta. Essa práxis pedagógica desafia cotidianamente a construção de uma nova cultura, pautada pela vivência de outros valores.

Assim sendo, busca-se numa práxis educativa voltada para a coletividade, uma educação que prepara mulheres e homens para lidar com uma multiplicidade de desafios; uma formação coletiva para lidar com o coletivo; uma educação não centrada no sujeito, ou seja, que não contribua para reforçar o individualismo, porém, uma práxis educativa que busca valorizar o coletivo e seus projetos comuns. Não apenas o eu, mas o nós em sua pluralidade de conhecimentos e possibilidades, recolocando a tomada de superação de uma consciência naturalizada.

É possível que a educação possa proporcionar transformações, contudo não é qualquer projeto que se propõe a isso, esse é um projeto popular. Popular, não só porque está permeada por princípios que levam em consideração a participação dos sujeitos em sua construção, mas porque faz de sua ação educativa um instrumento impulsionador de participação e emancipação, são esses os princípios que também balizam a educação do campo.

Qual seria então a contribuição da educação, em particular a educação do campo para consolidar tal projeto no atual contexto da sociedade? Em busca do fortalecimento da dimensão pedagógica e das ações coletivas dos movimentos sociais, a fim de que se efetivem as reivindicações dos diversos segmentos populares da sociedade, contribuindo para a fundamentação de valores como a justiça, a solidariedade e a igualdade. Conferimos a concepção e prática da educação popular, uma ação pedagógica capaz de resgatar tais valores e criar uma vivência (cultura) baseada nos mesmos.

Referências

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Disponível em: www.anteag.org.br. Acesso em 04 de fev. 2010.

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
- CADERNOS DO ITERRA. **Curso Normal**: projeto pedagógico. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, ano 4, n. 10, 2004.
- GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária Como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais Orgânicos e a Formação da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- _____. **Concepção dialética da História**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LINS, Lucicléa Teixeira. **A formação política das educadoras e educadores do MST**. 2006. Dissertação (Mestrado em educação), Centro de Educação. Universidade da Federal da Paraíba, João Pessoa.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- Ministério do Trabalho e Emprego. Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES. Guia de Orientações e Procedimentos do SIES – 2009. Vol. 1.
- _____. Secretária Nacional de Economia Solidária – SENAES. Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária - SIES. A Economia Solidária no Estado da Paraíba. 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Vol. I, 11ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil – Difel, 1987.
- MST. **Princípios da Educação do MST**. São Paulo, 2004. (Caderno de Educação n.8).
- _____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Acompanhamento às Escolas. 1. ed. São Paulo, 2001. (Boletim da Educação n.8).
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na Formação de Professores: Unidade Teoria e Prática?** São Paulo: Cortez, 1995.
- SOUZA, Maria Antônia. **Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- _____. **A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo**. 2007. Disponível em www.anped.org. Acesso em 02 de maio de 2010.

SILVA, Rita de Cássia Curvelo da. Educação Popular e Práxis: a ação política e educativa dos trabalhadores e das trabalhadoras do MST. In: ROSAS, Agostinho da Silva; MELO NETO, José Francisco de (Orgs.). **Educação Popular: enunciados teóricos**. V.2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular,. 2007.

Resumo

O presente trabalho problematiza se as práticas educativas nos processos de organização produtivo nos assentamentos do MST na Paraíba têm conduzido o exercício da autogestão, esta entendida como princípio de autonomia/emancipação individual e coletiva de homens e mulheres, o que subentende uma forma diferente de viver, conviver, produzir e se relacionar em sociedade. O trabalho tem como reflexão teórica as categorias prática e práxis, esta entendida a partir dos estudos de Vasquez (2007), como uma atividade humana transformadora da realidade natural e humana, e sob a abordagem Gramsciana (1991) acerca da elevação da consciência ingênua à consciência filosófica. Já a categoria prática pode ser entendida, em sentido amplo, como toda ação humana. A práxis em sentido filosófico e político, articulada ao exercício da autogestão nos processos produtivos empreendidos pelos trabalhadores(as) do MST, os conferi empoderamento de suas potencialidades, via ação educativa (re)criadora de novas práticas na perspectiva de uma sociabilidade, colaboradora, justa e solidária, com a perspectiva de gestão participativa e democrática.

Palavras-chave: Educação, autogestão, práxis.